



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**

**PROCESSO SELETIVO PARA
ESTAGIÁRIOS DE DIREITO**

2007

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este CADERNO DE PROVAS consiste numa PROVA OBJETIVA, contendo 30 (trinta) questões de múltipla escolha, com apenas uma alternativa correta além de uma FOLHA DE RASCUNHO DA PROVA SUBJETIVA, consistente numa dissertação, cujo tema será sorteado momentos antes do início da prova;
2. Na prova subjetiva utilize no mínimo 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas;
3. Não é permitida qualquer espécie de consulta;
4. Durante as provas, o(a) candidato(a) não deve se levantar sem autorização do fiscal da sala, nem se comunicar com outros(as) candidatos(as);
5. A duração da prova é de 04 (quatro) horas, já incluído o tempo destinado ao preenchimento da FOLHA DE DISSERTAÇÃO e do CARTÃO DE RESPOSTAS, os quais serão entregues quando o candidato solicitar, ou faltando uma hora para o término da prova.
6. A desobediência a qualquer uma das recomendações constantes nas presentes instruções poderá implicar a anulação das provas do(a) candidato(a).

Assinatura do candidato

DIREITO CONSTITUCIONAL

01 - No tocante aos direitos políticos, são condições de elegibilidade, **EXCETO**:

- a) Nacionalidade brasileira
- b) Idade mínima de acordo com o cargo ao qual se candidata, aferida na data do registro de candidatura.
- c) Idade mínima de acordo com o cargo ao qual se candidata, aferida na data do certame eleitoral.
- d) Pleno exercício dos direitos políticos.
- e) Domicílio eleitoral na circunscrição.

02 – A respeito da competência dos Juízes Federais, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Contravenções penais, desde que praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesse da União ou de suas entidades autárquicas ou empresas públicas.
- b) Litígios que envolvam ocupação e acesso às praias marítimas.
- c) Causas relativas a quaisquer terras devolutas.
- d) *Habeas corpus*, quando a autoridade coatora for Procurador da República.
- e) Feitos, cujo autor, réu ou interveniente seja sociedade de economia mista federal.

03 - Acerca do controle de constitucionalidade, considere as seguintes assertivas e assinale a alternativa **CORRETA**.

I - Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a constitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público.

II - Está em debate no Supremo Tribunal Federal a possibilidade de concessão pelo próprio STF de efeitos *erga omnes* em sede de controle difuso de constitucionalidade.

III - O sistema constitucional brasileiro adota a teoria alemã das normas constitucionais inconstitucionais.

IV - Embora não se admita o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade em relação a normas editadas anteriormente à Constituição de 1988, elas podem ser objeto de arguição de descumprimento de preceito fundamental.

V – O STF não tem admitido a utilização de ação civil pública como sucedâneo da ação direta de inconstitucionalidade.

- a) Apenas os itens II, III e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II, IV e V estão corretos.
- d) Todos os itens estão corretos
- e) nenhum item está correto.

04 - A respeito do Ministério Público, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) Não compete ao Ministério Público, em nenhuma hipótese, defender interesses individuais.
- b) O Procurador-Geral da República é nomeado livremente pelo Presidente da República, não precisando ser escolhido entre integrantes da carreira.
- c) O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios é abrangido pelo Ministério Público dos Estados.
- d) O exercício do controle externo da atividade policial está entre uma de suas funções institucionais.
- e) Seus membros adquirem a garantia da vitaliciedade após três anos de exercício.

DIREITO CIVIL

05 - A respeito da Capacidade Civil, é **CORRETO** dizer que:

- a) A incapacidade dos pródigos se limita aos atos que possam diminuir seu patrimônio.
- b) Os que não podem, por causa transitória, exprimir sua vontade são relativamente incapazes.
- c) De acordo com o Código Civil, os ébrios habituais são absolutamente incapazes.
- d) Os pródigos não precisam ser assistidos por curador.
- e) A emancipação do menor de 18 (dezoito) anos por concessão dos pais depende de homologação judicial.

06 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) O ato nulo atinge interesse público superior; o ato anulável atinge interesses particulares legalmente tutelados.
- b) O instituto da conversão do negócio jurídico no direito brasileiro admite, *e.g.* que uma nota promissória nula por inobservância de requisitos legais de validade seja aproveitada como confissão de dívida.
- c) A sentença que declara a nulidade absoluta tem efeitos *ex tunc*. A nulidade relativa, em sede de ação anulatória, é decidida por sentença de natureza desconstitutiva.
- d) Na nova sistemática do Código Civil de 2002, pode Ministério Público, nos casos de sua intervenção, arguir tanto a nulidade absoluta quanto a relativa.
- e) A nulidade absoluta se opera de pleno direito enquanto a relativa não.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

07 - Constituem pressupostos processuais:

- a) Capacidade postulatória e legitimidade *ad causam*.
- b) Interesse de agir e possibilidade jurídica do pedido.
- c) Interesse de agir e capacidade processual.
- d) Capacidade processual e legitimidade *ad causam*.

e) Capacidade de ser parte e capacidade postulatória.

08 - Com base nos seus conhecimentos acerca de antecipação de tutela e medida cautelar, assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) O *periculum in mora* é requisito do deferimento da antecipação dos efeitos da tutela, e não da medida cautelar.
- b) A tutela antecipada deferida quando parte dos pedidos são incontroversos, em verdade, encerra uma decisão de mérito proferida antecipadamente.
- c) Em razão da alteração legislativa que previu a fungibilidade entre as duas medidas, é incontroverso que atualmente é sempre possível requerer uma quando, teoricamente, cabia a outra.
- d) A medida cautelar deve sempre ser requerida em processo autônomo.
- e) Os dois institutos visam assegurar apenas a efetividade do processo.

09 - De acordo com a sistemática do recurso de agravo, considere as proposições abaixo e assinale a alternativa **CORRETA**:

I – interposto agravo retido e ouvido o agravado, o magistrado não mais poderá exercer o juízo de retratação e reformar a sua própria decisão;

II – interposto agravo de instrumento pelo Ministério Público Federal, o recurso deverá ser instruído com as peças obrigatórias, dentre as quais deverá constar cópia da procuração outorgada ao membro do MPF;

III – das decisões interlocutórias proferidas na audiência de instrução e julgamento caberá agravo retido, devendo ser interposto oral e imediatamente, bem como constar do respectivo termo, nele expostas sucintamente as razões do agravante.

IV – contra as decisões interlocutórias proferidas em processo de execução somente cabe agravo retido.

- a) Apenas os itens I, III e IV estão corretos.
- b) Apenas os itens II e IV estão corretos.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Todos os itens estão corretos
- e) Nenhum item está correto.

10 - Assinale a alternativa **CORRETA** acerca do Mandado de Segurança:

- a) Seu ajuizamento prescinde de direito líquido e certo, demonstrado através de prova pré-constituída, contra ilegalidade ou abuso de poder.
- b) Está inserido na competência de 1º grau dos Juizados Especiais Federais, desde que verse exclusivamente sobre matéria previdenciária.
- c) Legalmente, a intervenção do Ministério Público Federal é obrigatória, funcionando na qualidade de *custos legis*, devendo ser intimado para oferecer parecer opinativo nos autos, sob pena de nulidade.

d) O prazo prescricional para impetração é de 120 dias, contado da ciência, pelo interessado, do ato a ser impugnado.

e) Sua impetração na modalidade coletiva é vedada no âmbito dos Juizados Especiais Federais, uma vez que a competência deste impede a propositura de demandas relativas a direitos transindividuais.

11 - Leia o texto abaixo. Após, responda ao questionamento que se segue.

“No Brasil, a forma mais tradicional de controle da Administração pelo Judiciário é sem dúvida o mandado de segurança. As insuficiências dessa ação levaram, nos anos 60, à criação da ação popular. Em relação a essas duas formas anteriores do controle é que iremos situar a utilização mais recente da ação civil pública pelo Ministério Público. (...) O Controle exercido pelo Ministério Público sobre a Administração, por mais extenso que se revele, só em parte deriva de previsões normativas específicas. (...) Os domínios em que se exerce o controle da Administração pelo Ministério Público correspondem aproximadamente aos bens tutelados pela própria ação civil pública, previstos no seu art. 1º.”

Fontes, Paulo Gustavo Guedes. O Controle da administração pelo Ministério Público – Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

De acordo com a Lei da Ação Civil Pública, estariam dentro do rol de matérias passíveis de controle da Administração pelo Ministério Público a que se refere o autor, **EXCETO**:

- a) Meio ambiente.
- b) Consumidor.
- c) Ordem urbanística.
- d) Bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico e paisagístico.
- e) Tributos.

DIREITO PENAL

12 - Considere os seguintes conceitos e assinale a alternativa que apresenta os institutos a que correspondem.

I - Nos crimes cometidos sem violência ou grave ameaça à pessoa, reparado o dano ou restituída a coisa, até o recebimento da denúncia ou da queixa, por ato voluntário do agente, a pena será reduzida de um a dois terços.

II - Não se pune a tentativa quando, por ineficácia absoluta do meio ou por absoluta impropriedade do objeto, é impossível consumar-se o crime.

III - Quando o agente, mediante uma só ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplica-se-lhe a mais grave das penas cabíveis ou, se iguais, somente uma delas, mas aumentada, em qualquer caso, de um sexto até metade. As penas aplicam-se, entretanto, cumulativamente, se a ação ou omissão é dolosa e os crimes concorrentes resultam de desígnios autônomos.

IV - O desconhecimento da lei é inescusável. O erro sobre a ilicitude do fato, se inevitável, isenta de pena; se evitável, poderá diminuí-la de um sexto a um terço.

- a) I – Arrependimento Posterior; II – Crime Impossível; III – Concurso Formal; IV – Erro de Proibição.
- b) I – Arrependimento Posterior; II – Crime Impossível; III – Crime Continuado; IV – Erro de Tipo.
- c) I – Arrependimento Eficaz; II – Crime Impossível; III – Concurso Formal; IV – Erro de Proibição.
- d) I – Arrependimento Eficaz; II – Crime Impossível; III – Crime Continuado; IV – Erro de Tipo.
- e) I – Arrependimento Posterior; II – Crime Tentado; III – Concurso Formal; IV – Erro de Proibição.

13 - A respeito dos Crimes contra a Administração Pública, é **CERTO** asseverar que:

- a) O funcionário público que exige, em razão da função, vantagem indevida, comete corrupção passiva.
- b) O peculato só pode ser praticado na modalidade dolosa.
- c) Configura o crime de prevaricação não apenas retardar ou deixar de praticar, indevidamente ato de ofício, como também praticá-lo contra disposição expressa de lei, sendo necessário, em qualquer caso, que vise satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- d) A definição do funcionário público para fins penais é igual ao conceito dado pela doutrina administrativista.
- e) A condenação pela prática de corrupção passiva depende da condenação do corruptor ativo.

14 - Segundo entendimento predominante no STF acerca dos crimes tributários previstos no art. 1º da Lei 8.137/90:

- a) São crimes de ação penal pública condicionada à representação da autoridade fiscal.
- b) Falta justa causa para a ação penal, enquanto não haja decisão definitiva do processo administrativo de lançamento do crédito tributário.
- c) O pagamento do tributo antes do recebimento da denúncia não enseja a extinção da punibilidade.
- d) Enquanto durar, por iniciativa do contribuinte, o andamento do processo administrativo em que se discute a existência de crédito tributário, não fica suspenso o curso da prescrição da ação penal.
- e) O oferecimento da denúncia prescinde da conclusão do processo administrativo fiscal em que se discute a existência do crédito, em face da independência entre as esferas administrativa e penal.

15 - Responda a presente questão com base nos seus conhecimentos da lei de interceptação de comunicações telefônicas e de prova em matéria processual penal. Leia a transcrição contida em auto circunstanciado abaixo reproduzida, hipoteticamente colhida na forma da lei nº 9.296/96, para assinalar a resposta **INCORRETA** sobre o tema. No caso em tela, investigava o MPF possível esquema

de falsificação de documentos públicos para utilização em licitações realizadas por municípios, no estado de Sergipe, com verbas federais.

“Interlocutor 1: Tício

Interlocutor 2: Mévio

TÍCIO – E aí Mévio?

MÉVIO – Ô Tício, tudo certo...

TÍCIO – Cadê a nova remessa das certidões... negativas? Cê sabe... o edital tá na rua...

MÉVIO – Já tá pronta. Passa aqui e pega.

TÍCIO – Ei, e aquele problema com funcionário do órgão ABC?

MÉVIO – Ah... cê tá falando do SEMPRÔNIO. Resolvido, molhei a mão dele ontem, o cara faz isso direto, inserir o código da certidão no sistema do órgão. Aí cê não vai ter problema, pois a certidão vai tá na validade pra tua licitação.

TÍCIO – Ok. Tô indo aí com a grana.

MÉVIO – Tá certo.”

- a) A interceptação das comunicações telefônicas pode se dar mediante requerimento do Ministério Público ou da Autoridade Policial, sendo atualmente defeso ao magistrado determiná-la de ofício.
- b) A decisão sobre o pedido de interceptação será fundamentada, indicando a forma de realização da diligência, que não poderá exceder o prazo de 15 dias, podendo ser renovado.
- c) Uma vez deferido o pedido, a autoridade policial conduzirá os procedimentos de interceptação, dando ciência ao Ministério Público, que poderá acompanhar a sua realização.
- d) Mévio admite ter praticado crime de corrupção ativa. Admite-se que a interceptação telefônica acima seja utilizada em outro processo criminal contra SEMPRÔNIO, investigado por crime contra a administração pública em processo não conexo com o atual.
- e) A interceptação de comunicação telefônica, de qualquer natureza, ocorrerá em autos apartados, apensados aos autos do inquérito policial ou do processo criminal, preservando-se o sigilo das diligências, gravações e transcrições respectivas.

16 - Assinale a opção **CORRETA**:

- a) O homicídio simples (art. 121) não é crime hediondo em nenhuma hipótese.
- b) A responsabilidade penal na prática de crimes ambientais é objetiva.
- c) De acordo com o Supremo Tribunal Federal, a nova lei de drogas (Lei 11.343/2006) descriminalizou a posse de drogas para consumo pessoal.
- d) Recentemente, o Supremo Tribunal Federal declarou a inconstitucionalidade da previsão contida no Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) que proibia a concessão de liberdade,

mediante o pagamento de fiança, no caso de porte ilegal de arma e disparo de arma de fogo.

- e) O Estatuto do Idoso (Lei 10.741/2003) prevê crimes de ação penal pública condicionada à representação.

DIREITO PROCESSUAL PENAL

17 - Ao receber os autos do Inquérito Policial devidamente relatados, compete ao Ministério Público, **EXCETO**:

- a) Oferecer denúncia.
- b) Suscitar exceção de competência.
- c) Arquivá-lo diretamente.
- d) Requerer diligências complementares.
- e) Oferecer denúncia e, na mesma oportunidade, requerer o arquivamento parcial.

18 - Assinale a alternativa **CORRETA**. Segundo entendimento sumulado pelo STF:

- a) a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade.
- b) a lei penal mais grave não se aplica ao crime continuado, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade.
- c) a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado, se a sua vigência é posterior à cessação da continuidade.
- d) a lei penal mais grave nunca se aplica ao crime continuado, qualquer que seja a época da sua entrada em vigor.
- e) em caso de alteração legislativa durante a prática do crime continuado, sempre deve ser aplicada a lei penal mais benéfica.

19 - Assinale a alternativa **INCORRETA**:

- a) A prisão preventiva poderá ser decretada como garantia da ordem pública, da ordem econômica, por conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, quando houver prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- b) A prisão preventiva não será decretada se o juiz verificar pelas provas constantes dos autos ter o agente praticado o fato em estado de necessidade, legítima defesa, em estrito cumprimento do dever legal ou no exercício regular de direito.
- c) A diferença entre pedido de liberdade provisória e de relaxamento de prisão consiste na legalidade ou não da prisão. Tratando-se de prisão em flagrante legal, a hipótese será de pedido de liberdade provisória; configurada, no entanto, a ilegalidade da prisão é cabível pedido de relaxamento de prisão.

- d) A apresentação espontânea do acusado à autoridade não impedirá a decretação da prisão preventiva nos casos em que a lei autoriza.

- e) Revogada a prisão preventiva, o juiz não poderá decretá-la novamente, ainda que sobrevenham razões que a justifiquem.

20 - Acerca dos Juizados Especiais Federais Criminais, assinale a alternativa **CORRETA**, considerando a situação hipotética abaixo:

Um Oficial de Justiça Federal foi dar cumprimento a mandado de citação de uma Execução Fiscal promovida em face de Semprônio que, indignado e com a vontade livre e consciente de agir visando a finalidade de desprestigiar a função pública, ofende-o verbalmente desmerecendo a referida função daquele, sem, contudo, imputar-lhe o cometimento de um fato determinado. A Polícia Federal adotou as medidas necessárias, tendo os autos sido remetidos ao MPF.

- a) Semprônio cometeu crime de desacato, de competência dos Juizados Especiais Federais Criminais, cuja pena não autoriza concessão de *sursis* processual.
- b) No âmbito dos JEFC's se admite aplicação subsidiária do CPP no tocante à aplicação de prazos diferenciados para a prática de atos processuais pelas pessoas jurídicas de direito público, como o Ministério Público Federal e Defensoria Pública da União, a exemplo da interposição de recursos.
- c) Não se localizando Semprônio para receber a citação, requererá o MPF a remessa do feito à uma vara Federal Comum, com competência criminal, para ser o acusado citado por edital, cuja ausência de comparecimento implicará na suspensão do processo e do curso do prazo prescricional.
- d) A proposta de transação penal é de iniciativa do Ministério Público Federal, sendo permitido ao juiz promovê-la diante da recusa do *parquet*.
- e) Não se localizando Semprônio para ser citado, requererá o MPF que se promova a citação por edital no âmbito do Juizado.

21 – De acordo com a teoria que aponta distinção entre rejeição e não recebimento da denúncia, em face destas decisões cabem, respectivamente:

- a) Apelação e recurso em sentido estrito.
- b) Recurso em sentido estrito e apelação.
- c) Recurso em sentido estrito e recurso em sentido estrito.
- d) Apelação e apelação.
- e) Não cabe recurso.

22 - A competência para julgamento de habeas corpus contra ato dos juízes singulares, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, mesmo que o processo seja da competência de um Juizado Especial Federal Adjunto, será de qual dos órgãos abaixo?

- a) Desembargador Federal Coordenador dos Juizados Especiais competente.

- b) Tribunal Regional Federal competente.
- c) Turma Recursal competente.
- d) Superior Tribunal de Justiça.
- e) Juiz federal titular da Vara a que se encontra subordinado o Juizado.

DIREITO ADMINISTRATIVO

23 - Assinale a alternativa **CORRETA**, associando seus conhecimentos de Direito Constitucional e Direito Administrativo baseado nas assertivas abaixo:

I – A idéia desse princípio encerra o entendimento de que a liberdade do indivíduo e do Estado encontra limites. Esses limites somente podem ser estabelecidos em lei.

II – Uma das aplicações desse princípio encontra-se em matéria de exercício de fato, quando se reconhece validade aos atos praticados por funcionário irregularmente investido no cargo ou função.

III – Encontra-se o princípio em comento ligado intimamente à noção de desvio de poder, sendo beneficiado com ampliação, na Constituição de 1988, dos casos de cabimento de ação popular.

IV – Este princípio é confirmado pelo direito de conhecimento de informações relativas ao indivíduo constantes de registros ou bancos de dados de entidades governamentais ou de caráter público. Sua violação enseja impetração de *habeas data* e não mandado de segurança, e.g. mesmo quando os dados encontram-se em empresa privada de serviço de proteção ao crédito.

V- Impossível desconectar dois de seus aspectos: o modo de atuação do agente público e o modo de organizar, estruturar e disciplinar a Administração Pública, este princípio vem sendo posto em evidência diante da necessidade de racionalização de recursos. Seus aspectos podem tangenciar a cláusula da "Reserva do Possível", cláusula esta, em tese antagônica diante de constituições que adotaram o *Welfare State* (Estado do Bem-Estar Social) social, como a brasileira.

- a) O item I traz informações falsas quando trata do princípio da legalidade, expresso na constituição federal.
- b) O item II expõe informações verdadeiras ao tratar do princípio da presunção de legitimidade ou de veracidade, implícito na constituição federal.
- c) O item III ventila informações falsas ao cuidar do princípio da moralidade, expresso na constituição federal.
- d) O item IV encerra informações verdadeiras ao cuidar do princípio da publicidade, implícito na constituição federal.
- e) O item V apresenta informações verdadeiras ao abordar o princípio da eficiência, expresso na constituição federal.

24 - Poderes Administrativos. Assinale a alternativa **CORRETA**:

- a) De acordo com o STJ, os regulamentos autônomos são plenamente permitidos pelo Ordenamento Jurídico Pátrio.
- b) O Poder Disciplinar é o exercício de faculdade da Administração, sendo discricionárias a apuração e a imposição de sanção ao servidor que tenha afrontado os deveres funcionais.
- c) As medidas de polícia administrativa, em regra, não são autoexecutórias.
- d) Limitações ao exercício da propriedade sempre são indenizáveis.
- e) Em regra, o poder de polícia impõe ao particular uma abstenção, um *non facere*.

25 - A Teoria dos Motivos Determinantes baseia-se no princípio de que o motivo do ato administrativo deve sempre guardar compatibilidade com a situação de fato que gerou a manifestação da vontade. A citada teoria:

- a) Somente se aplica aos atos administrativos vinculados.
- b) Somente se aplica aos atos administrativos discricionários.
- c) Aplica-se aos atos administrativos discricionários praticados com expressa motivação.
- d) Não se aplica aos atos administrativos vinculados e discricionários.
- e) Nenhuma das anteriores.

26 - A respeito da Responsabilidade Civil do Estado, é **CORRETO** afirmar que:

- a) Parcela da jurisprudência e da doutrina defende que, tratando-se de ato omissivo do Poder Público, a sua responsabilidade civil seria subjetiva.
- b) A responsabilidade civil do Estado é, em regra, objetiva, ou seja, depende de comprovação da culpa do servidor público.
- c) O Estado não está obrigado a ressarcir, enquanto o seu servidor responsável pelo ato danoso não for acionado judicialmente.
- d) Não há excludentes da responsabilidade do Estado.
- e) É dispensável, para a configuração da Responsabilidade Civil do Estado, a ocorrência de uma lesão ou dano.

DIREITOS DIFUSOS

27 - No tocante à Lei 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor), assinale a alternativa **CORRETA**, após análise das assertivas abaixo:

I - O direito de arrependimento encontra-se expresso em dispositivo do CDC.

II - A inversão do ônus da prova não é automática, depende da análise de requisitos básicos (verossimilhança das alegações e hipossuficiência do consumidor), aferidas com base nos aspectos fático-probatórios peculiares de cada caso concreto.

III - O STJ firmou o entendimento de que da indevida inclusão (ou manutenção) de nome de consumidor em cadastro de inadimplentes existe a presunção de um dano moral indenizável, ou seja, o consumidor não precisa fazer a prova de que houve abalo à sua honra ou reputação para conseguir indenização, pois a existência de dano, nessas situações, é presumida.

IV - O Código de Defesa do Consumidor é aplicável às instituições financeiras.

V - Encontra-se sedimentada na jurisprudência do STJ a possibilidade de o Juiz declarar a nulidade da cláusula de eleição de foro inserida em um contrato de consumo.

- a) Apenas as proposições I, IV e V são verdadeiras.
- b) Apenas as proposições I, II, IV e V são verdadeiras.
- c) Apenas as proposições I e IV são verdadeiras.
- d) Apenas as proposições I, III e V são verdadeiras.
- e) Todas as proposições são verdadeiras.

28 - Considere as assertivas abaixo elencadas e assinale a alternativa **CORRETA**. Nos termos da Lei n.º 9.605/98:

I - As pessoas jurídicas serão responsabilizadas administrativa, civil e penalmente, nos casos em que a infração seja cometida por decisão de seu representante legal ou contratual, ou de seu órgão colegiado, no interesse ou benefício da sua entidade.

II - Poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados à qualidade do meio ambiente.

III - As penas aplicáveis isolada, cumulativa ou alternativamente às pessoas jurídicas são: multa, restritivas de direitos e prestação de serviços à comunidade.

IV - Não é crime o abate de animal, quando realizado em estado de necessidade, para saciar a fome do agente ou de sua família.

- a) Apenas os itens I, II, e III estão corretos.
- b) Apenas os itens I e IV estão corretos.
- c) Apenas os itens II e IV estão corretos.

d) Todos os itens estão corretos.

e) Nenhum item está correto.

29 - Considere as assertivas abaixo elencadas e assinale a alternativa **CORRETA**. Nos termos da Lei n.º 7.347/85:

I - A ação civil pública será proposta no foro do local onde ocorrer o dano, cujo juízo terá competência funcional para processar e julgar a causa.

II - A defensoria pública não possui legitimidade para propositura de ação civil pública.

III - É admitido o litisconsórcio facultativo entre os Ministérios Públicos da União, do Distrito Federal e dos Estados.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas o item II está correto.
- c) Apenas o item III está correto.
- d) Os itens I e III estão corretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

30 - Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92). Assinale a assertiva **ERRADA**:

- a) As sanções previstas na lei variam conforme o fundamento da improbidade.
- b) Apenas agentes públicos podem ser punidos nos termos da referida lei.
- c) Uma pessoa só responde por ato de improbidade que tenha atentado contra os princípios da Administração Pública, se sua conduta não causou enriquecimento ilícito nem prejuízo ao erário.
- d) Os casos de improbidade administrativa são previstos pela Lei n.º 8.429/92 de forma meramente exemplificativa.
- e) De acordo com referida lei, é vedada a transação, acordo ou conciliação nas Ações de Improbidade Administrativa.